



O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO BRASIL: O DESCASO COM A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A IMPORTÂNCIA DO AEE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICE IN BRAZIL: THE DISREGARD WITH SPECIAL EDUCATION AND THE IMPORTANCE OF AEE IN CHILDHOOD EDUCATION

DOI: 10.5281/zenodo.10905781

Alessandro Gonzales Devidé Ferreira da Cruz¹

RESUMO: O presente artigo faz um breve relato da importância do Atendimento Educacional Especializado(AEE) na educação infantil e como esta importância é deixada de lado pelas autoridades, e como isto pode impactar na vida do educando e em toda a sociedade. O AEE tem como principal função proporcionar melhores condições de aprendizado aos alunos que tem necessidades especiais e possui papel importante na “implantação” da educação especial em sala de aula, gerando mais interações entre os pares, gerando troca de conhecimentos e experiências. Aborda brevemente o decreto 10.50/2020 do governo Bolsonaro, que representa um dos maiores retrocessos com relação a educação especial no Brasil nos últimos trinta anos, que tem como objetivo segregar os alunos com necessidades especiais.

Palavras-chave: Educação Especial. Educação Infantil. Atendimento educacional especializado.

ABSTRACT: This article gives a brief account of the importance of Specialized Educational Service(AEE) in early childhood education and how this importance is left aside by authorities, and

- 1 Mestrando em Tecnologias Emergentes na Educação pela MUST University - Florida USA, MBA em Gestão de Pessoas(2023) pela Faculdade de Educação São Luís, especialista em Educação Especial com Ênfase em Transtornos Globais de Desenvolvimento (T.G.D) e Altas Habilidades(2022) pela Faculdade de Educação São Luís. Graduação em Pedagogia(2013) pela Faculdade Anhanguera. Graduação em Letras Língua Portuguesa(2023) pelo Centro Universitário Facvest - Unifacvest. Graduação em História pelo Centro Universitário Facvest - Unifacvest(2023). Graduação em Gestão de Recursos Humanos(2023) pelo Centro Universitário Facvest - Unifacvest. Atualmente exerce a função de Professor de Educação Infantil junto à Prefeitura Municipal de Iperó/SP. Experiência na área da Educação com ênfase nos processos de ensino-aprendizagem, alfabetização, letramento e processos avaliativos. <http://lattes.cnpq.br/5821214698551168>
<https://orcid.org/0000-0002-3013-542X>



how this can impact the life of the student and society as a whole. AEE's main function is to provide better learning conditions for students who have special needs and plays an important role in the “implementation” of special education in the classroom, generating more interactions between peers, generating an exchange of knowledge and experiences. It briefly addresses the Bolsonaro government's decree 10.50/2020, which represents one of the biggest setbacks in relation to special education in Brazil in the last thirty years, which aims to segregate students with special needs.

Keywords: Special education. Child education. Specialized educational service.

1. INTRODUÇÃO

A educação Infantil é conhecida como a primeira etapa da educação básica e tem ganhado cada vez mais reconhecimento e importância no processo educacional. Paralelamente as discussões iniciadas no início dos anos de mil novecentos e noventa, sobre políticas públicas de inclusão de pessoas com deficiência e os avanços dela advinda, a educação especial tem assumido importante papel nessa fase educacional.

O trabalho de colaboração não se destina apenas a favorecer aos alunos com deficiência, mas beneficia a todos os alunos. Construir uma prática flexível capaz de atender as diferenças individuais e oportunizar outras formas de aprendizagem a todos os alunos promove um ambiente educacional democrático e justo, além de promover a prática reflexiva do professor, elemento indispensável para o novo paradigma que a educação inclusiva aponta (CARNEIRO, 2012, p. 92).

Conforme Carneiro e Dall’Acqua (2014), a escola configurou-se, desde seu início, para atender a uma parcela privilegiada socialmente, considerada elegível, com boas condições econômicas. A perspectiva defendida a partir do discurso de inclusão escolar e de educação para todos requer que haja mudanças em toda estrutura da escola, “[...] pois a escola para todos tem que garantir entrada, permanência e qualidade, cumprindo efetivamente seu papel social” (CARNEIRO; DALL’ACQUA, 2014, p. 11). Com essa concepção de escola para todos, fica expressa a necessidade de mudanças e reformulações nas instituições, na atuação dos professores e demais profissionais da educação, que deverão atender a todas as demandas adaptando-se as suas singularidades.



Oliveira e Padilha (2013) consideram que a formação dos professores para atuar com crianças pequenas e que são consideradas Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) tem sido um dos grandes desafios para a implementação de políticas para a inclusão escolar.

O atendimento educacional especializado nessa faixa etária é cercado por práticas precárias, desencadeadas por falta de formação adequada e de conhecimento dos profissionais a respeito das necessidades dos alunos e procedimentos que atendam o pleno desenvolvimento infantil.

Nesta fase as crianças passam por momentos importantes para o seu desenvolvimento e através de práticas pedagógicas adequadas e planejamento, pode haver uma maximização dessas habilidades para que estes alunos possam estar mais preparados para a etapa seguinte de seu desenvolvimento escolar.

(...)Tratando-se de Educação Especial, essa necessidade de capacitação do professor se torna mais evidente, mas em todas as etapas da educação existem crianças que aprendem de formas diferentes e cabe ao professor identificar de que forma seu trabalho pode potencializar essa aprendizagem (...) (MACHADO, 2017, p. 78).

Contudo a realidade da maior parte da educação brasileira é muito diferente e distante do ideal, a maior parte da prática do AEE basicamente tem sido voltada para o atendimento na sala de recursos multifuncionais(SRM) ou adaptando outras salas, de maneira precária, para que este atendimento seja realizado.O fato de ser o principal modelo de atendimento, isenta a escola de responsabilidade, a escola permanece a mesma e segrega o aluno, como se o problema estivesse nele, pois muitas vezes acaba por não expor os alunos aos seus pares e outros professores da escola, excluindo-os da possibilidade de convívio com a diversidade da escola.

O modelo mais coerente de uma perspectiva inclusiva seria ter o professor regente juntamente com o professor de AEE ,juntamente com as demais crianças da sala comum, dividindo e ampliando conhecimentos e saberes.

Isso não ocorre pois a justificativa principal é que na SRM haveria um espaço com mobiliários e materiais didáticos específicos voltados a este público. Contudo, este argumento



não se sustenta quando observamos que os recursos destinados a este espaço são pouco utilizados, pois ainda que estejam presentes e disponíveis, não são adequados e não atendem às demandas de crianças pequenas. Esta realidade gera reflexões sobre quais critérios são utilizados pelo Ministério da Educação para a seleção, compra e distribuição destes materiais destinados para a Educação Infantil.

(...)Outro fator que parece contribuir para a manutenção desse modelo de AEE é a falta de investimento em concursos públicos para profissionais da área da Educação Especial, pois mantê-los junto aos professores regentes demandaria o vínculo de mais professores especialistas. Apesar da legislação brasileira indicar que o ingresso na profissão docente deve ser realizado, exclusivamente, por concurso, a realidade demonstra que há um grande contingente de professores contratados de forma temporária.(....) (MACHADO; MARTINS 2004 ,P. 12).

O panorama atual da educação especial no Brasil, mais especificamente o AEE na educação infantil, exige uma organização central, mesmo que uma postura mais flexibilizada e descentralizada seja mais coerente e que possibilitaria aos professores do AEE percorrer todos os espaços da escola, propondo intervenções e expandindo a rede de colaborações, pois depende de investimentos e condições de trabalho muito diferentes das fornecidas atualmente pelo Ministério da Educação.

Durante os últimos anos com o advento da pandemia de Covid-19, os alunos da educação especial sofreram por conta da falta das aulas presenciais e alguns que também necessitam de terapias que não aconteceram, isso tudo somado ao decreto 10.50/2020 do governo Bolsonaro, que incentiva a criação de escolas especializada para atender pessoas com deficiência que “não se beneficiam” da educação regular, contraria a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, a educação especial no Brasil vem sendo duramente “golpeada” pela falta de ações positivas por parte do Governo Federal, que realmente beneficiem os que delas necessitam. Esse decreto ao invés de incluir tem por objetivo segregar a educação especial no Brasil, que havia avançado em governos anteriores.



Segundo Milton Ribeiro, ex-ministro da educação a presença dos alunos com deficiência “atrapalha” os outros na sala de aula, essas declarações repercutiram negativamente e o mesmo foi amplamente criticado pela comunidade educacional, principalmente os educadores especiais.

Atualmente o decreto está suspenso e o ministro foi demitido do cargo, mas tudo isso gera novos precedentes para antigos problemas, como a segregação e preconceito, representando um pensamento retrógrado e gerando um desserviço para educação especial no Brasil.

O Brasil ainda necessita de muito investimento na área da Educação especial: professores mais preparados e bem remunerados, salas mais adequadas ao seu trabalho que possibilitem a inclusão com os demais alunos da escola, novas metodologias voltadas para a inclusão, estão entre as principais melhorias requisitadas por muitos profissionais da área.

3. CONCLUSÃO

Ao longo dos anos a educação vem evoluindo, através de novos métodos, surgem os avanços e novas práticas, mas o Brasil não consegue acompanhar o ritmo global, ficando constantemente em atraso no seu desenvolvimento, com práticas ultrapassadas e falta de investimentos na formação dos professores.

O Brasil caminha a passos lentos na educação especial, nos últimos anos aconteceram desenvolvimentos mas também alguns retrocessos, causados não só pela pandemia de covid-19, mas também pelo descaso das autoridades que governam esse país e pela ingerência do ministério da educação.

A educação infantil é sem sombra de dúvidas um momento único na vida de um educando, pois é nessa etapa em que ocorrem os maiores avanços e desenvolvimentos e muitas vezes os maiores traumas, por tudo isso é necessário que a educação especial seja levada mais a sério e tenha um papel de destaque na sociedade, gerando transformações através da inclusão, causando impacto positivo nas gerações futuras para que haja uma



sociedade plenamente desenvolvida e consciente de sua responsabilidade com todos os seres que habitam esse planeta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Manual de orientação: Programa de implantação de sala de recursos multifuncionais**. Brasília: MEC/SEESP, 2010. BRASIL. Ministério da Educação /Secretaria de Educação Especial. **NOTA TÉCNICA – NOTA TÉCNICA Nº 04 / 2014**.

DECRETO 10.502/2022 <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948> acesso em 09 de novembro de 2022

MACHADO, G. **Caracterização das práticas do Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil de Dourados/MS. 2017**. 111f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2017.

MACHADO, Gabriela; MARTINS, Morgana de Fátima Agostini **ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTRAVES E POSSIBILIDADES**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, vol. 14, núm. 1, Esp., 2019, pp. 746-759 Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Recebido em: 10/02/2024

Aprovado em: 22/03/2024

Publicado em: 01/04/2024